

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO

Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LETTE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS e OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILIO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Justiça irracional

É surreal que processos nos quais Estado cobra tributos não pagos pelo cidadão sejam quase um terço das ações em tramitação no Judiciário

Terminou ontem a consulta pública aberta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para debater a distribuição de recursos e servidores dentro do Judiciário. A ideia do órgão é editar uma resolução a fim de tornar o Poder mais racional do ponto de vista administrativo.

Atualmente, há uma concentração desproporcional de verbas e funcionários nas instâncias superiores, que julgam número bem menor de ações em comparação com o primeiro grau de jurisdição.

Para corrigir essa distorção, o CNJ pretende sugerir que a alocação orçamentária e de pessoal seja feita de forma proporcional à quantidade média de processos distribuídos nos últimos três anos. Trata-se de valerosa iniciativa. É de esperar que, dessa maneira, a primeira instância, porta de entrada e maior gargalo da Justiça, tenha sua produtividade aumentada.

O CNJ também cogita agir em relação a outro fator que afeta a celeridade do Judiciário. Há, nos tribunais brasileiros, imenso volume de execuções fiscais, um tipo de processo no qual o Estado cobra tributos não pagos pelos cidadãos.

Elas corresponderam a quase um terço (29,2 milhões) dos 92,2 milhões de ações (somando novas e velhas) que tramitam nos escaninhos judiciais em 2012. Em

São Paulo, maior tribunal do país, o percentual é ainda mais expressivo: de quase 20 milhões de processos, 60% (12 milhões) referem-se a cobranças de dívidas pelo Estado.

Conforme estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma execução fiscal tem duração média de oito anos e dois meses; somente a citação do réu leva cinco anos.

Muitas dessas ações, ademais, são iniciadas independentemente do exame de viabilidade da cobrança e sem indicação de qualquer bem que possa servir como garantia para a Fazenda Pública. Como resultado, de cada cem execuções fiscais que tramitam em 2012, apenas 11 foram resolvidas.

Não estará errado quem considerar o problema grave; estará contudo mais certo quem classificar a situação como surreal. Segundo especialistas, não faz sentido que todas as etapas desse processo de cobrança sejam atribuídas de um Judiciário já sobrecarregado.

Em países desenvolvidos, fases administrativas, como a localização do devedor e identificação de seus bens, ficam a cargo do Poder Executivo. Aos tribunais cabe apenas assegurar o devido processo legal e concretizar a penhora.

Dar esse importante passo para desafogar a Justiça brasileira não depende apenas da atenção do CNJ. É necessário que o Congresso aprove a mudança de competência. Sendo tão óbvia a sugestão, não se entende por que projeto de lei com esse propósito está parado na Câmara dos Deputados.

Torcida elétrica

O setor de eletricidade no Brasil segue submetido à ansiedade, na ausência de um planejamento consequente para afastar de vez o risco de apagões, localizados ou não. Até as cidades que sediarão a Copa do Mundo podem viver surpresas desagradáveis durante o evento.

Na ponta da produção, a energia armazenada nos reservatórios de usinas hidrelétricas ainda suscita desconforto. O nível das represas do Sudeste e do Centro-Oeste, onde se concentram cerca de 70% da capacidade geradora instalada no país, está na marca de 35,5%.

Em 2001, ano do grande apagão, o nível fechou fevereiro em 33,5% no Sudeste. É incerto, agora, que chegue ao final de abril, quando as chuvas passam a escassear, no patamar de 43%, considerado seguro pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A apreensão quanto à Copa se localiza no campo da distribuição, com os atrasos de obras prioritárias para garantir energia nas 12 sedes. O alerta se encontra numa nota técnica (nº 14), divulgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no último dia 24.

Das 136 obras acordadas entre concessionárias distribuidoras e Aneel, 45 ainda não ficaram prontas — embora isso devesse ter ocorrido em dezembro do ano passado.

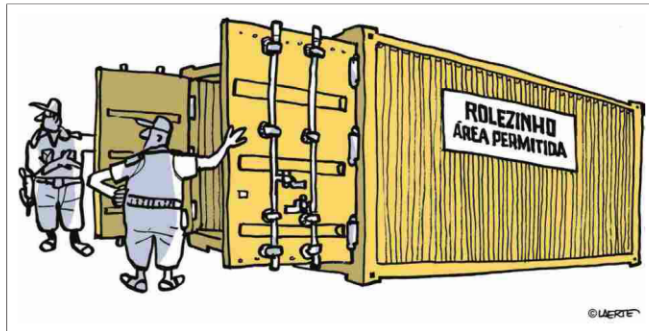
Um terço de tudo o que estava previsto para construção e instalação — subestações, novas linhas aéreas e subterâneas, disjuntores — está fora do cronograma, nesta altura. Uma conjuntura pior que a de setembro, quando um quarto das providências se achava em atraso (ainda assim, um desempenho lamentável das distribuidoras).

Os problemas se apresentam em 9 das 12 capitais que receberão jogos. As situações mais preocupantes rondam Porto Alegre, Curitiba e Manaus, cujos Estados somam metade (23) das obras atrasadas.

Um quadro-resumo preparado pela Aneel provoca calafrios. Algumas ações na Bahia e em Minas Gerais aparecem listadas com conclusão prevista apenas para maio, por assim dizer na antevéspera do torneio que terá sobre si os olhos de espectadores do mundo todo.

A nota técnica da Aneel ressalva que a maioria dos atrasos observados não oferece, neste momento, risco de confiabilidade do abastecimento de energia para a Copa, mas exclui dessa avaliação tranquilizadora os casos do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Amazonas.

Nun país mais previdente, todas as obras já estariam terminadas. Torcer para que tudo dê certo é para fãs de futebol, não para administradores de serviços públicos.



HÉLIO SCHWARTSMAN

Respostas ao racismo

SÃO PAULO - Qual a melhor resposta aos episódios de racismo nos estádios? Pelo que andei lendo na mídia, há duas correntes. Uma, mais radical, defende que os estádios onde ocorrem os xingamentos sejam interditados, e os clubes tidos como ligados aos agressores, punidos.

Essa é uma posição absurda, inclusive para os que, como eu, curtem um pouco de utilitarismo. O ponto central é que ela utiliza uma bala de canhão para acertar um mosquito. Milhares de torcedores que nada têm a ver com as ofensas e muito provavelmente as abominam acabam pagando por algo que não fizeram.

Uma medida desse calibre talvez se justificasse — e numa ótica puramente consequencialista — se acreditássemos que o único objetivo do Estado é impedir manifestações racistas. Como não é — cabe a ele maximizar a felicidade de todos —, fica difícil sustentar a estratégia, que ainda cria a possibilidade de torcedores de um time sabotarem a agremiação rival encenando uma vaia racista.

Para outra corrente, mais ponderada, é preciso identificar os responsáveis pelos xingamentos e puni-los na forma da lei. Essa é uma posição coerente, mas não gosto muito dela. Admito que é uma idiosincrasia minha, mas penso que a liberdade de expressão deve ser assegurada de forma robusta, abrangendo, inclusive, discursos racistas e nazistas.

É John Stuart Mill quem explica o porquê. Para o filósofo inglês, mesmo os piores preconceitos precisam ter sua circulação assegurada, a fim de que as ideias verdadeiras sejam submetidas à contestação e triunfem. Se não for assim, elas próprias serão percebidas como simples preconceitos, sem base racional. Se Mill está certo, como acho que está, o que de melhor podemos fazer quando surgem ofensas racistas é mostrar, por meio de uma mistura de indignação pública com argumentos, que o racismo é inconsistente e moralmente errado. E isso todo o país, de Dilma a colonistas, está fazendo.

helio@uol.com.br

VLADIMIR SAFATLE

Aplausos

É de admirar a simbologia. Na semana passada, o Rio de Janeiro foi palco de uma greve de garis. Difícilmente encontraremos uma classe de trabalhadores tratados de maneira tão explícita como subempregados desqualificados.

Recolher lixo, colocar a mão naquilo que os outros desprezaram e jogaram fora parece transformar tais pessoas na representação natural do fracasso humano, gente que alguns prefeririam não ver, pessoas invisíveis.

Assim, quando os garis do Rio de Janeiro declararam greve, logo na semana do sacrossanto Carnaval, o governo municipal compreendeu isso como um verdadeiro crime.

Como tais pessoas invisíveis ousavam manchar o mais belo cartão-postal do país?

Talvez não por outra razão o alcaide do momento, o senhor Eduardo Paes, resolveu colocar seu quepe de capitão de fragata e declarar estamos, pura e simplesmente, diante de um motim.

Garis em greve só podem ser amofinados que esquecem qual é o seu lugar na escala de valor humano. Ou então, o que não deveria nos surpreender, agentes de Cuba, da Coreia do Norte, capachos de Hugo Chávez e comandados do último vilão do 007 estariam infiltrados na Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) pervertendo a boa índole do nosso povo.

Mas, sem se incomodar com a situação de amotinados de solo firme, lá foram os garis a fazer uma marcha de greve pelas ruas do Rio. E eis que o improvável aconteceu: a população saiu às ruas para aplaudir. Nos meus 40 anos de passagem pelo mundo sublimar, não me lembro de ter visto grevistas serem aplaudidos na rua por populares. Dessa vez foi diferente.

Isso demonstra como parcelas da população não querem esquecer a situação de desprezo e espoliação na qual os trabalhadores pobres brasileiros vivem.

Eles estão dispostos a passar por situações individuais de desconforto, como não ter seu lixo recolhido, a continuar fingir não ver que ainda vivemos em uma brutalidade social insuportável.

Aplaudir sempre foi um gesto de quem reconhece a dignidade do que vê. Aplaudimos artistas pela dignidade da beleza. Aplaudimos oradores pela dignidade da inteligência e da força retórica. Aplaudimos garis pela dignidade dos humilhados que não temem bravatas e ameaças.

As pessoas que aplaudiram garis em greve deram a este país uma dignidade que nem sempre aparece.

Eles fizeram um pequeno gesto de forte carga política e que recupera o sentido do afeto político mais importante: a implicação e a solidariedade dos que deixam de lado, ao menos por um momento, interesses individuais. Naquele dia, o Rio de Janeiro mostrou ao país o caminho a seguir.

VLADIMIR SAFATLE escreve às terças-feiras nesta coluna.

ELIANE CANTANHÊDE

Apedrejamento

BRÁSILIA - Sempre que vejo o esforço de Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos pela Presidência, penso que eles são loucos.

Só se fala em lixo, roubos, assassinatos, desvios, mensais, e a economia não anima. Ao dizer que "emprego é mais importante que inflação", Lula antecipa-se às críticas na campanha. Crescimento baixo, juros (que justificavam autologos de Dilma) voltaram a ser altos, déficit comercial de bom tamanho, dúvidas na área fiscal. E nem por isso a educação e a saúde estão uma maravilha.

Para completar, quatro das dez empresas (entre as 500 maiores do mundo) que mais perderam valor de mercado nos últimos 12 meses são brasileiras. O destaque é para a Petrobras, que perdeu 34% do seu valor e até o primeiro lugar entre as grandes do país. Não deve ser pior acaso...

Se 2014 é ano de eleição, 2015 será de arrumação da casa: controle mais rígido da inflação e aumento de gasolina, energia, ônibus... Só pedreira. Então, por que Dilma, Aécio e

Campos se digladiam para descartar esse abacaxi gigante? Se não são loucos, têm fascínio pelo poder ou encarnaram a vontade de seus líderes, Dilma, a do padrinho Lula, extasiado pela popularidade. Aécio e Campos, a dos avós Tancredo Neves e Miguel Arraes, que fizeram história, mas nunca realizaram o sonho da Presidência. Tancredo não chegou a assumir. Arraes nem passou perto.

Outra alternativa é eles se acharem predestinados, com a sensação de que nasceram com uma estrela (não a vermelha do PT...) e serão capazes de transformar joio em trigo, fazer o sertão virar mar. O que não deixa de ter lá o seu lado de loucura. Mansa, mas ainda assim loucura.

Na outra ponta, soa sensata e saudável a explicação dada pelo ministro Joaquim Barbosa ao repórter Diego Escosteguy para não entrar na dança: "O jogo da política é muito pesado, muito sujo (...). E lançar-se a um apedrejamento".

Mas há quem "faça o diabo e acerte ser "apedrejado". Vá entender.

CARLOS HEITOR CONY

A ditadura das épocas

RIO DE JANEIRO - Joaquim Pinto Montenegro, meu tio e um dos homens que mais admirei, morava num casarão em Friburgo, reliquia da qual se dizia ter sido usada por dom Pedro 2º para encontros com uma de suas amantes. Os entendidos garantiam que era um dos patrimônios mais significativos do estilo colonial. Na manhã daquele dia, deitado na rede histórica que havia comprado no Ceará, viu uma nuvem de poeira levantada por uma van que parara em seu portão.

Era a equipe de uma TV que procurava uma locação "de época" e a casa não podia ser melhor para a gravação das cenas escolhidas. O produtor explicou a pretensão, prometeu dar crédito em todos os capítulos da novela.

No dia seguinte veio diretor de arte que cismou com a cor verde das janelas e portas, mandou que fossem pintadas de azul. Dois dias depois, veio o cenarista que cismou com as janelas azuis e mandou pintar-las de marrom. Depois veio um diretor que

mandou derrubar uma parede e um electricista que mudou toda a fiação elétrica e instalou lâmpadas de querosene no salão principal.

Veio também o autor da novela, que não gostou do assalto e mudou para tábuas corridas. Finalmente veio o pessoal do marketing, que trocou todos os móveis. Terminadas as gravações, Joaquim Pinto Montenegro gastou um dinheirão para reconstruir tudo que fora estragado. Só então deixou-se na rede, quando viu a nuvem de poeira de uma van entrando em seus domínios.

Alarmado, Montenegro foi ao seu quarto e apanhou um velho mosquetão, disposto a reagir. Era também um mosquetão histórico, "da época", que fora usado pelo conde d'Eu na Guerra do Paraguai. Da van saiu o Luís Carlos Barreto, que tentou explicar tudo.

O famoso produtor garantiu que o documentário que estava fazendo já fora inscrito no festival de Veneza e convidou Montenegro para um passeio de gôndola no Grande Canal.